



5.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução

“H” solicitou a progressão do regime fechado para o semi-aberto, por ter completado um sexto da sua pena, de um total de 12 anos, condenado que foi por dois roubos. O juiz da execução penal, acolhendo parecer do Ministério Público, indeferiu o pedido, pois ainda não havia sido elaborado o exame criminológico, nem oferecido o parecer da Comissão Técnica de Classificação, embora existisse nos autos atestado de boa conduta carcerária.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca ____.¹

“H”, qualificado a fls. ____, nos autos da Execução Penal n.º ____, atualmente recolhido no presídio ____, por seu defensor público, inconformado com a decisão de fls. ____, indeferindo a progressão do regime fechado ao semi-aberto, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência interpor

AGRAVO EM EXECUÇÃO,

com fundamento no art. 197 da Lei 7.210/84.²

Requer que, recebido este, já com as inclusas razões,³ possa Vossa Excelência retratar-se,⁴ concedendo o benefício pleiteado. Assim não entendendo, ouvindo-se o ilustre representante do Ministério Público, aguarda-se o encaminhamento do recurso ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Termos em que, indicando-se as seguintes peças para a formação do instrumento (fls. ____),

Pede deferimento.

Comarca, data.

Advogado

¹ Se não houver, na Comarca, Vara Privativa de Execuções Criminais, a peça deve ser dirigida ao magistrado da Vara Criminal comum, que proferiu a decisão contrária ao interesse do condenado.

² É majoritário o entendimento, na jurisprudência, de que o agravo em execução, atualmente é o adequado para o processo de execução e deve seguir o rito do recurso em sentido estrito. Ver a nota 11 ao Cap. II, do Tít. II, do Livro III, do nosso *Código de Processo Penal comentado*.

³ As razões podem ser oferecidas depois da petição de interposição. Porém, para facilitar e agilizar, podem acompanhar a referida petição.

⁴ Possuindo o mesmo rito do recurso em sentido estrito, comporta o efeito regressivo, permitindo ao juiz modificar a sua decisão.

Razões de agravo em execução

Vara das Execuções Criminais da Comarca ____.

Execução n.º ____

Pelo agravante: “H”

Agravado: Ministério Público⁵

Egrégio Tribunal⁶

O agravante, condenado a doze anos de reclusão, pela prática de dois roubos qualificados em concurso material, iniciou o cumprimento da pena em regime fechado. Entretanto, completado um sexto da sua pena, pleiteou ao MM. Juiz das Execuções Criminais⁷ a progressão ao regime semi-aberto, nos termos do art. 33, § 2.º, do Código Penal. Sob o argumento de que não havia ainda sido realizado o exame criminológico, nem tampouco fora colhido o parecer da Comissão Técnica de Classificação, negou-lhe o benefício.

Não agiu o magistrado com o costumeiro acerto.

O lapso temporal, requisito objetivo para a progressão, foi incontestavelmente atingido pelo agravante.

A parte subjetiva, relativa ao mérito, deve ser apurada exclusivamente pela constatação de que possui boa conduta carcerária (atestado de fls. ____). Isto porque, após a edição da Lei 10.792/2003, que modificou a redação do art. 112 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), para a finalidade da progressão não mais se exige parecer da Comissão Técnica de Classificação, nem tampouco a realização de exame criminológico.

Pautando-se, pois, pelo princípio da legalidade, deve ser concedida ao agravante a progressão almejada, uma vez que a modificação legislativa lhe foi benéfica e outros entraves não podem ser oferecidos, sob pena de sujeitá-lo a constrangimento ilegal.

Nesse sentido, pode-se citar a lição de ____.⁸

Acrescente-se, ainda, os seguintes julgados: ____.⁹

Ante o exposto, requer-se o provimento do agravo para o fim de assegurar a progressão do regime fechado ao semi-aberto, como lhe assegura a previsão legal enfocada.

Comarca, data.

Defensor

⁵ Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

⁶ Há quem insira também “Colenda Câmara” e “Douta Procuradoria de Justiça”. Cuida-se de uma questão de estilo.

⁷ Se houver juízo privativo. Caso contrário, será o juiz da Vara Criminal comum.

⁸ Mencionar doutrina nesse prisma.

⁹ Há acórdãos favoráveis à tese.